

# Neoconservadorismo no Brasil: implicações do governo de Bolsonaro para a infância brasileira.

Rodrigues Duarte, Amanda Maria Capitolina y  
Finco, Daniela.

Cita:

Rodrigues Duarte, Amanda Maria Capitolina y Finco, Daniela (2024).  
*Neoconservadorismo no Brasil: implicações do governo de Bolsonaro  
para a infância brasileira. 6tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia,  
Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/6jornadasinfancia/31>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/ez2b/DVp>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.  
Para ver una copia de esta licencia, visite  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

**SEXTAS JORNADAS DE ESTUDIOS SOBRE LA INFANCIA**  
**Las infancias en América Latina entre diversidades, jerarquías y derechos**  
**(siglos XIX a XXI)**

**5. Direitos, democracia e desigualdades**

**Neoconservadorismo no Brasil: implicações do governo de Bolsonaro para a  
infância brasileira**

Amanda Rodrigues Duarte<sup>1</sup>

Daniela Finco<sup>2</sup>

**Introdução**

Este trabalho aborda as marcas deixadas pelo ex-governo brasileiro (2018 - 2022) analisando as disputas e os impactos das políticas públicas para a infância no Brasil. Reconhecer e compreender tais políticas nos ajudam a aprofundar a compreensão da nova direita no Brasil, assim como na América Latina, sobre a relação da institucionalização dos direitos de crianças, com as dinâmicas familiares, envolvendo especialmente a precarização do sistema educativo para as crianças. Olhar para as formas como as relações políticas sociais se inter-relacionam nos processos ocorridos nas últimas décadas, nos trazem muitos desafios diante do crescimento das desigualdades sociais, e da assimetria das condições e experiências na infância.

Este trabalho analisa como o fortalecimento do conservadorismo provoca um grande retrocesso nas políticas públicas, que visavam reforçar a laicidade e democracia do Estado, de forma que, a Educação, bem como crianças e adolescentes passaram a ser elementos chave dos discursos que incitam pânico moral na população, resultando em grandes perdas. Analisa como os discursos reacionários que inflamam o país provocando retrocessos em debates e questões

---

<sup>1</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp. Participante do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação da Pequena Infância, Cultura e Sociedade da Unifesp Guarulhos - Brasil. Professora de História na Rede de Educação Básica de São Paulo - Brasil. E-mail: amanda.duarte@unifesp.br

<sup>2</sup> Professora Associada do Departamento de Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação da Pequena Infância Cultura e Sociedade - Unifesp- Guarulhos - Brasil. E-mail: dfinco@unifesp.br

que seguiam em avanço, como as pautas de diversidade, gênero e direitos humanos na educação. No âmbito político social brasileiro os reflexos do neoconservadorismo, nos coloca grandes desafios para a garantia dos direitos na infância.

A partir do referencial da Sociologia da Infância, podemos destacar a importância de compreender as crianças como figuras políticas. (Hendrick, 2005, Alderson, 2005). Os direitos das crianças tomaram uma nova dimensão desde finais da década de 80, com os chamados direitos de participação. Porém, com um cenário neoconservador parece que estamos retrocedendo, as crianças têm sido excluídas dos seus direitos. Em vez disso, tem se assumido, cada vez mais, que as crianças devem estar sob a proteção e controle dos pais, privadas cada vez mais do direito à participação.

Pensando no contexto deste trabalho, podemos fazer uma relação do "culto" à família, presente nos discursos políticos sociais do governo de Bolsonaro, percebemos que as crianças estão sendo utilizadas como moeda de troca, no qual advogam proteção da perversão e subversão da ideologia de gênero, na mesma medida que se opõe ao avanço das agendas que correspondem à diversidade. Uma "moral retrógrada, centrada em um modelo único de família como célula elementar da sociedade, contra o que chamam de 'ideologia de gênero', prestigiando o matrimônio exclusivo entre pessoas de sexo opostos e com papéis de gênero complementares." (Quinalha, 2016, p. 137).

Para compreender esse cenário, dialogamos com o referencial teórico dos estudos que tratam da questão de gênero, no contexto da política, social (Viégas e Goldstein, 2017, Miskolci, 2018, Leite, 2019, Biroli, 2019, Yannoulas, Vianna; Bortolini, 2020, Afonso e Pinelli, 2021; Carreira, 2016, 2024, Gava, 2023). Pesquisas que apontam como reformulação da noção de direitos humanos no Brasil, inclinam-se na contramão dos anos 80, 90 e 2000, que podem ser entendidos como momentos em que os direitos humanos e o enfrentamento das desigualdades eram responsabilidades do Estado. Mostram como os conservadores estiveram presentes na sociedade brasileira, de diferentes maneiras ao longo da história, mas, atualmente, há valores com o intuito de constituir o neoconservadorismo como uma identidade política.

Apresentamos desse modo, algumas implicações das políticas do ex-governo Bolsonaro, que trazem intrincadas e complexas questões envolvendo a relação público-privado no contexto de um projeto neoconservador no Brasil. Problematisa as

propostas políticas fortalecidas pelo ex-governo, como por exemplo os projetos de *homeschooling*, o apagamento do debate de gênero e sexualidade das diretrizes e projetos educativos, o avanço do campo religioso na educação, a extinção de secretarias que tratavam os assuntos da diversidade e direitos humanos, o desmonte das políticas públicas para mulheres, além da privatização e terceirização da educação básica e mercantilização das instituições de direito público.

Analisa os discursos reacionários que inflamam o país provocando retrocessos em debates e questões que seguiam em avanço, como as pautas de diversidade, gênero e direitos humanos na educação. No âmbito político social brasileiro seus reflexos para o contexto dos direitos da infância, tornou-se um desafio necessário. A discussão, tem como propósito suscitar contribuições aos estudos da infância, considerando a defesa dos direitos das crianças. O olhar para as crianças, que estão no palco das controvérsias políticas, traz um longo desafio, sobretudo na função educativa, social e das políticas públicas, na construção de uma sociedade que respeite as diferenças e combata as desigualdades e as violência desde a infância.

### **Implicações das políticas de Bolsonaro**

Desde o golpe civil-institucional que tirou Dilma Rousseff da presidência, uma forte onda conservadora tem se instalado e implicado nas agendas que interessam aos direitos humanos. Esse processo político pós-golpe fortaleceu um projeto político da extrema direita. Percebe-se que grupos conservadores conseguiram relativo êxito em conter avanços progressistas anteriores (Silva, Faria e Finco, 2017).

Com a entrada de Bolsonaro no Governo os Programas e Projetos e a Formação Continuada da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)<sup>3</sup>, foram extintos. A SECADI havia sido criada em ano para contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças, e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental. Consistia em uma importante secretaria que tratavam os assuntos da diversidade e direitos humanos. Isso causou uma desarticulação com o suposto campo macro de educação:

---

<sup>3</sup> Secretaria extinta no dia 02 de janeiro de 2019, um dia após a posse do ex-presidente Bolsonaro, com o decreto n.º 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Disponível em Diário Oficial da União: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286).

a falta de discussões com aqueles que formulam as políticas públicas de educação das áreas de currículo, avaliação e orçamento, nas quais essas temáticas eram contempladas, apontando a necessidade de mostrar nas pesquisas os impactos dessas discussões que têm sido realizadas para medir os resultados em avaliações externas e internacionais.

Tivemos também o desmonte das políticas públicas para mulheres, do corte de verbas e fechamento de delegacias de mulheres, especializadas no combate às violências de gênero. Pesquisas revelam dados sobre o aumento da posse de arma no Brasil, assim como acende um alerta para as violências de gênero, revelando como o governo de Bolsonaro, fez cortes no orçamento de importantes pastas, deixando de gastar os recursos para as Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por exemplo. (Tavares e Alves, 2023)

O cenário brasileiro foi marcado pelo fortalecimento do neoconservadorismo, tensionando uma crise política ressaltada por grupos conservadores, defensores de soluções violentas para questões sociais, como ruralistas, religiosos, católicos e evangélicos, em menor escala kardecistas, judeus e organizações como Movimento Escola Sem Partido, (Vianna; Bortolini, 2020), mobilizando discursos contra os direitos humanos e declarando pautas reconhecidas nas agendas ministeriais.

O projeto Escola Sem Partido, do Movimento Brasil Livre (MBL), representado por grupos reacionários, ameaçou e atacou diretamente as escolas (Martins, 2018; Miskolci, 2018; Pereira, 2018; Junqueira 2020, Gava, 2023). No Brasil o MBL é um movimento social regressivo brasileiro, que produz ações educativas para a construção de uma nova civilidade no Brasil. A cidadania defendida pelo MBL é regressiva pois visa reduzir os direitos garantidos pelo Estado, defendendo a livre iniciativa do indivíduo e o neoliberalismo radical (Martins, 2018).

O MBL se propõe a promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil. A ideia de liberdades individuais, trazida pelo neoliberalismo possa parecer positiva, ela está enraizada na hegemonia da racionalização econômica, promovendo uma visão unidirecional do mundo centrada no progresso e na prosperidade do mercado. Como resultado, o Estado ganha importância como uma estrutura organizacional que, apesar de aparentar enfraquecimento, fortalece-se na configuração da sociedade dentro dos parâmetros do neoliberalismo, que prega o progresso individual e a prosperidade econômica (Gava, 2023).

No Brasil o projeto Escola sem Partido representa a despolitização do espaço escolar. A educação para a cidadania tornou-se um contrassenso para os defensores desse movimento, que engendraram uma escola positivista, que nega as subjetividades, a expressão das diferenças como uma resposta aos movimentos sociais que se fortaleceram e conquistaram ampliação (Viégas e Goldstein, 2019).

O projeto, que propõe desse modo a “neutralidade” na educação brasileira, manifesta uma clara intenção de supressão e perseguição contra os ideais mais progressistas e críticos. Com seus ideais conservadores e fundamentalistas, usados para garantir a manutenção do status quo social e econômico, buscam consolidar um ensino meramente técnico e despolitizado.

Assim, o campo da educação sofre ataques na formulação de políticas públicas, com tais movimentos que ganharam notoriedade ao serem acolhidos por partidos políticos conservadores brasileiros, que objetivavam coibir práticas pedagógicas livres e democráticas, sob argumento de doutrinação política ameaçadora aos valores morais e religiosos da família, representando uma contra política que se posicionou contra os avanços progressistas dos últimos anos. Investidas ultraconservadoras em relação aos direitos de formação cidadã da infância.

Estudos sobre a relação entre discursos conservadores e direitos humanos no período mais recente e atual do país, destacam o papel da "Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação: em Defesa do Direito à Educação e contra a Censura nas Escolas" nos embates recentes relacionados a movimentos como o Escola sem Partido, militarização das escolas e campanhas anti-gênero na educação e homeschooling (Carreira, 2024). A ascensão da extrema-direita no Brasil e de ataques sistemáticos às escolas públicas e às agendas de gênero, raça e sexualidade, passou a ser parte de um projeto ultraconservador na educação.

Projetos como de homeschooling, sustentados por um discurso neoconservador e ultraliberal, visam, por um lado, destituir o papel do Estado na oferta da educação e, por outro, afirmar o patriarcado na definição da família tradicional. (Ferreira et al., 2020). Por trás do discurso do governo para dar "liberdade aos pais" estão as empresas e os grupos editoriais de olho no mercado em torno do homeschooling. "Na internet explodem novos sites de empresas brasileiras especializadas em materiais para quem quer educar em casa. Todos eles com conteúdo religioso que negam o conhecimento científico, histórico e filosófico

acumulado até aqui pela humanidade." (Taffarel e Neves, 2019)

Quando essas pautas ultrapassam as questões religiosas e criam barreiras para um avanço nas discussões sociais com vistas aos direitos humanos, ou quando esses discursos de cunho religioso influenciam as tomadas de decisão referentes a toda uma sociedade, a "ideologia de gênero" parece ganhar mais espaço a partir de falsas verdades, discursos distorcidos e mentiras, instigando perseguições no âmbito das escolas. E essa realidade tem consequências que podem ser vistas tanto no âmbito macrossocial, estabelecendo um ambiente de insegurança e desconfiança em instituições educacionais, elegendo professoras/es como inimigos a ser combatidos, levando esses indivíduos a autocensura prévias de conteúdos e estratégias que podem apresentar temas polêmicos no ambiente escolar (Gava, 2023).

Neste cenário a "ideologia de gênero" aparece como uma categoria acusatória e como uma política pública. A empreitada reacionária sustenta-se na defesa de valores tradicionais, reiterando o padrão cisheteronormativo reprodutivo de família, em que ela obtém concessões sobre a escola, procurando, assim, minar a educação sexual, as diferentes orientações sexuais, a pluralidade familiar e a identidade de gênero como autodeterminada.

Os movimentos ultraconservadores, com suas ideias sexistas e antigênero, atrasaram o debate sobre as pautas dos direitos humanos e buscaram dificultar uma agenda política alinhada com os princípios democráticos ocupando um espaço estratégico na educação. A articulação política dos conservadores resultou na retirada da palavra gênero dos documentos dos Plano Nacional de Educação (PNE), Planos Estaduais de Educação (PEE) e os Planos Municipais de Educação (PME), os quais sofreram um tratamento distorcido e politicamente nefasto às questões de gênero e de diversidade na educação (Vianna e Unbehaum, 2016).

Tais ideais também geraram grandes debates em relação à construção da Base Nacional Curricular Comum - BNCC, currículo da educação oficial brasileira, que teve a retirada de qualquer menção à questão de gênero e traz ainda menção ao ensino religioso. (Lima e Hypolito, 2019). O neoconservadorismo, se associou a interesses de outros grupos religiosos, articulando tradições culturais conservadoras a interesses econômicos neoliberais e interesses religiosos conservadores, para impor a agenda neoliberal e neoconservadora na educação e nas definições do papel do Estado.

As implicações deste cenário neoconservador, marcam o processo de

produção de políticas públicas educacionais, que passam por um tenso processo de negociação e supressão de planos, projetos, ações e programas, afetando diretamente a infância brasileira.

### **Direitos das crianças e o perigo das pautas ultraconservadoras**

O ano de 1988 marcou uma era importante no Brasil, com a ampliação dos direitos de cidadãos e cidadãos e nos anos seguintes na década de 1990, das crianças, com as mudanças, houve o fortalecimento da relação Estado e sociedade civil, anteriormente abalada com a Ditadura Militar. O Estado perdeu o seu monopólio com o advento de governos progressistas reunindo-se aos movimentos sociais, articulou-se novos sujeitos políticos, evidenciando novos desdobramentos no fazer política, além disso, ganharam espaços para articular nas agendas (Carreira, 2015).

Atualmente no Brasil, o neoconservadorismo se coloca como um perigo para os direitos das crianças, uma vez que este propõe que se deixe nas mãos de particulares ou de empresas privadas o maior número possível de atividades econômicas, bem como a limitação do papel do Estado com a privatização de empresas públicas e a redução do tamanho do Estado, além das ações do governo, deteriorando as políticas voltadas às crianças, colocando em risco a construção de políticas públicas e a garantia do acesso ao direito.

Tais valores sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, de diferentes maneiras ao longo da história, mas, atualmente, há valores com o intuito de constituir o neoconservadorismo como uma identidade política no Brasil (Biroli, 2019). Nos últimos anos, grupos fundamentalistas, como religiosos cristãos mobilizados em uma coalizão ultraconservadores morais junto com os conservadores econômicos, adotam uma postura neoliberal, em que as liberdades políticas e individuais são consideradas como valores essenciais para a vida humana. Assim, os seus ideais não se assentaram só no campo religioso, mas espriam-se em setores políticos, institucionalizando a moral conservadora, que tem impactado diretamente a educação, o ensino e as políticas públicas educacionais, atingindo diretamente as crianças.

A ascensão de valores morais tradicionais desde os anos 80, como a formação da Campanha *Com Meus Filhos Não Mexa* em países da América Latina (2016), evidenciaram a capacidade dos atores conservadores em mobilizar os cidadãos com

base numa agenda moral e religiosa centrada na defesa da vida e da família. A moral que considera gênero com uma ameaça à manutenção dos valores e da moralidade responsáveis por toda uma ordem social de gênero, que perpassa decisões públicas, representações sociais (portanto, familiares, escolares, etc.) (Lins, Maluf e Freitas, 2021).

É necessário estar alerta para como esses discursos têm como base a propagação do ódio e da disseminação de mentiras, uma onda de informações falsas (*fake news*) criando pânico moral, intensificado pela difusão rápida pela mídia. (Arruda, Finco 2023). A marcante e incisiva presença de ativismo religioso encontram na "ideologia de gênero" um artefato de persuasão, incitam discursos de pânico moral e colocam que os grupos que defendem gênero estão em movimento para acabar com a família tradicional. Desempenhando um papel que associa interesses religiosos e políticos, o controle dos valores e administrando o medo, se tornando uma técnica de manipulação do preconceito.

Assim, a luta contra a "ideologia de gênero" consolidou-se como uma das facetas mais visíveis da politização moral conservadora, representada por diferentes vertentes da articulação entre o conservadorismo religioso e a política contemporânea no Brasil e na América Latina (Vaggione, 2022), que nos permite para compreender as relações de poder e os valores que permeiam a infância a partir de um projeto social e político.

Os danos provocados por discursos conservadores, por dificultar ou impedir que temas como desigualdades e violências de gênero, assuntos fundamentais para a infância, não podem ser silenciados, porque beneficiam um pacto de silêncio e abusos. Os resultados problematizam os discursos reacionários neoliberais e revelam como o fortalecimento do conservadorismo nos últimos anos provocou um grande retrocesso nas políticas públicas e abalam a laicidade e democracia do Estado e os direitos e dignidade das crianças.

Reconhecer e compreender tais disputas nos ajudam a aprofundar a compreensão da nova direita no Brasil, assim como na América Latina, sobre a relação da institucionalização dos direitos de crianças e com as dinâmicas familiares, envolvendo especialmente a precarização do sistema educativo para as crianças. Estratégias políticas ultraconservadoras traduzem-se na necessidade de reforçar o instituto do poder parental, tal como conjunto de direitos e obrigações dos pais sobre seus filhos não emancipados. Um paradigma é reforçado pela família centrada no

adulto e nos direitos progressistas das crianças e adolescentes que permitem, entre outras questões, acesso a contraceptivos e educação sexual sem aprovação dos pais como requisito obrigatório (Vaggione, 2022).

A convergência das agendas neoliberais e conservadoras visam concomitantemente à restauração moral e à mercantilização da educação, fatores que ameaçam a educação pública, gratuita e laica. Neste cenário, as crianças aparecem como atores que estão no palco dos conflitos, como sujeitos a serem protegidos, e têm sido vistas como propriedade dos seus pais, os quais são investidos de direitos considerados indispensáveis para levar a bom termo a sua propriedade – a criança.

A onda conservadora, apoiada pelos movimentos religiosos que compõem o congresso nacional, trazem como discurso, em oposição à ideologia de gênero, a defesa da criança contra o aliciamento e desvirtuamento promovidos pelo debate de gênero, discussão esta que ganhou força após as polêmicas no cenário político brasileiro das eleições para presidência em 2018. No período em questão, a defesa das crianças contra a homossexualização promovida pelo movimento LGBTQIA+, ganha força junto aos discurso em defesa da moralidade, da família e dos bons costumes (Leite, 2019).

Proteger as crianças contra esses grupos sociais e suas “ideologias” torna-se bandeira dos movimentos conservadores e religiosos na política brasileira, gerando todo um pânico social que atrela à “ideologia de gênero” e seus discursos um risco à integridade das crianças. Soares (2005) explorando a contradição entre a proteção e participação infantil, aponta para a privação da criança do direito de manifestar-se e expressar-se, de participar da vida social a partir de suas vivências, a partir de suas perspectivas, em nome da “suposta” proteção. Neste sentido, reafirmam-se os discursos paternalistas e protetivos a favor da família heteronormativa e patriarcal que, de forma contraditória, afirma defender os direitos das crianças à uma vida sem violação.

## **Considerações finais**

As crianças são desse modo figuras centrais nos discursos neoconservadores, em período eleitoral e pós-eleitoral, colocadas estrategicamente nas narrativas anti-democráticas como pessoas a serem protegidas da esquerda, da “ideologia de

gênero” e da homossexualidade. Nessa direção, estão sendo construídas narrativas que conferem perigo à tão reiterada pureza infantil e se negando as taxas de violências de nossa sociedade brasileira.

É importante olhar tais discursos que ganharam adeptos por todo o país, levando à um pânico moral às famílias, com um suposto inimigo a ser combatido, como a esquerda desvirtuante das ordens patriarcais e dos valores da família patriarcal, ações que obtiveram ainda grandes impactos nas políticas educacionais.

Com as políticas antigênero, percebe-se que grupos conservadores conseguiram relativo êxito em conter avanços progressistas anteriores. É preciso reconhecer e compreender essas disputas, sendo essencial, portanto, aprofundar a compreensão da nova direita, em especial na área da Educação, tendo em vista que a convergência das agendas neoliberais e conservadoras visam concomitantemente à restauração moral e à mercantilização da educação, fatores que ameaçam a educação pública, gratuita e laica.

Os ideais neoconservadores espraiam-se em setores políticos, institucionalizando a moral conservadora e tem impactado a educação, o ensino e as políticas públicas educacionais envolvendo a infância brasileira. Os avanços do neoconservadorismo no Brasil, propõe que se deixe nas mãos de particulares ou de empresas privadas o maior número possível de atividades econômicas, bem como a limitação do papel do Estado com a privatização de empresas públicas e a redução do tamanho do Estado (Yannoulas, Afonso e Pinelli, 2021).

Podemos ver fortalecer assim, um discurso de falta de recursos para melhorar os serviços por parte do Estado, defendendo que aquilo que é público precisa ser privatizado; mercantilizando as instituições de direito público. Discursos que desafiam também os direitos das crianças, que ao afirmarem defender a família, violam os seus direitos utilizando-as como moedas de troca ou como estratégia para a manutenção de um modelo desigual de sociedade.

Os valores conservadores estão na base desses discursos, com a defesa de posições que negam radicalmente não só participação e direitos civis na sociedade das crianças, as colocando em risco e em situação de abusos e constrangimentos. Tal cenário estremece e atravessa as infâncias, as instituições e práticas educativas, resultando em crises sociais, políticas e econômicas brasileiras.

## **Referências bibliográficas**

ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa **Educação & Sociedade**, vol. 26, núm. 91, maio-agosto, 2005, pp. 419-442.

ARRUDA, Julio Cesar de. FINCO, Daniela Fake News e os Desafios do Trabalho Docente Frente às Questões de gênero e sexualidade na creche. **IX Congresso Nacional de Educação**, Centro de Convenções de João Pessoa - João Pessoa - PB, 2023.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In.: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135 - 187.

CARREIRA, D., André de Mendonça, A., & Pereira de Moura, F. (2024). Discursos Conservadores e Direitos Humanos: Entrevista com Denise Carreira. **Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura**, completar volume, números de página.

CARVALHO, Henrique Rabello de; ALVES, Fabio Gomes de Oliveira. (2024). A ideologia de gênero como dispositivo bioético político: Políticas antigênero no Brasil, o crescimento da extrema direita e o papel contramajoritário do Supremo Tribunal Federal. **Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura**, 7.

FERREIRA, Franklin Douglas; RODRIGUES CAVALCANTI, Cacilda; CAVALCANTI, Eblin; Dias, Raquel; Silva de Oliveira Brandão, Selma Maria. Educação e cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro **Revista de Políticas Públicas**, vol. 24, 2020, pp. 312-330.

GAVA, Thais Cristina Montaldi. **O ovo de Serpente: o discurso antigênero como elemento na disputa pela função social da educação escolar**. (Tese de doutorado) Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Paulo, 2023.

GOMIDE, SÁ e SILVA, Alexandre de Ávila Gomide, Michelle Morais de Sá e Silva, Maria Antonieta Leopoldi. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)** / Editores:. – Brasília: IPEA ; INCT/PPED, 2023. 564 p.

HENDRICK, Harry. A criança como actor social em fontes históricas: problemas de identificação e interpretação. In. CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. **Investigação com crianças: perspectivas e práticas**. Porto: Ediliber Editora de Publicações, 2005.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, Florianópolis, n. 18 (43), p. 449-502, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A ‘ideologia de gênero’ existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero” um projeto reacionário de poder**. Brasília: Letras Livres, 2022.

LEÃO, Ingrid. A Educação Brasileira na ONU: temas e debates nos relatórios do Brasil ao Comitê CEDAW. In: DENISE CARREIRA, et al. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**, São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 32 - ago. 2019, pp.119-142.

LINS, Heloísa Andreia de Matos; MALUF, Júlia Lepre ; Natália Fernanda . O direito à informação e comunicação das crianças ameaçado no Brasil: “temas sensíveis” em tempos de neoconservadorismo . Cad. Gên. Tecnol. Tecnol., v. 14, n. 44, p. 603 628, jul./dez. 2021.

LIMA, Iana Gomes de HYPÓLITO, Álvaro Moreira A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 45, p. 2019.

MARTINS, Marcos Francisco. Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 41-68, jul./dez.2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, núm. 15, 2016, pp. 590-621. Rio de Janeiro, 2016.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 32, no 3, setembro/dezembro 2017, p.723- 745.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018.

MORÁN FAÚNDES, José Manuel. 2023. “La tercera ola neoconservadora en Latinoamérica: ofensivas contra los derechos sexuales y reproductivos”. Iztapalapa. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades** Julio-diciembre 2023. Vol. 1, p. 349-376.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. In: JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim e CLETO Murilo (Orgs). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 131-137.

SENA JÚNIOR, Carlos. (2019). Obscurantismo e anticientificismo no brasil bolsonarista: anotações sobre a investida profascista contra a inteligência e a ciência no brasil. **Cadernos Do Gpos she**, vol. 2, 21-49.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke, NEVES, Márcia Luzia Cardoso. Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. **Estudos IAT**, vol. 4, n 2, 2019.

TAVARES, Márcia Santana e ALVES, Amanda. A violência de gênero no (Des)governo Bolsonaro: licença para matar! **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 43, nº 94, 2023

VAGGIONE, Juan Marco. El entramado neoconservador en América Latina. La instrumentalización de la ideología de género en las democracias contemporáneas. Las Torres de Lucca. **Revista internacional de filosofía política** ISSN-e: 2255-3827, 2022.

VIÉGAS, Lygia de Sousa e GOLDSTEIN, Thaís Seltzer, Escola sem partido, sem juízo e sem bom senso: judicializando e medicalizando a educação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Janeiro - Junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1.

YANNOULAS, Silvia; AFONSO, Sophia; PINELLI, Lais. Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: Falacias de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”. **Revista Debate Público** - Reflexión de Trabajo Social, Universidad de Buenos Aires, ano 11, n. 21, p. 65-81, 2021.